

COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PROJETO DE LEI Nº 2.387, DE 2022

Dispõe sobre a proibição do abate de animais equídeos e equinos para o comércio de carne para consumo ou exportação.

Autor: Deputado NEY LEPREVOST

Relator: Deputado DOMINGOS SÁVIO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 2.387/2022, do Deputado Ney Leprevost, proíbe o abate de animais equídeos e equinos para o comércio de carne para consumo ou exportação.

O autor justifica a proposição por denúncias de práticas cruéis de abate e maus-tratos com esses animais.

A proposição tramita em regime ordinário e está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD).

Ao fim do prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto, nesta Comissão.

É o relatório.

2023-4738



II - VOTO DO RELATOR

A proposição, do ilustre Deputado Ney Leprevost, proíbe o abate de animais equídeos e equinos para o comércio de carne para consumo ou exportação.

Notícias e denúncias de maus-tratos e crueldade com cavalos direcionados a abatedouros justificam a proposição. Conforme ilustra o autor, há denúncias de privação de água e alimento até 12 horas antes do abate; condução de animais mediante choques elétricos de 240 volts; aplicação de pancada na cabeça e patas cortadas com machado, tesoura ou serra para esgotamento do sangue.

Considera-se cruel o abate de cavalos para consumo humano porque os animais são muitas vezes submetidos a condições de transporte e abate estressantes e dolorosas, com insuficiência de cuidados necessários para minimizar a dor e o sofrimento.

Nos Estados Unidos, não há mais abatedouros de equinos em operação, pela falta de costume de consumo da carne desses animais no mercado doméstico e oposição da maior parte da população, que vê esses animais como de companhia.

Cavalos, jumentos, mulas e burros não são, em geral, criados no Brasil com o propósito de abate e consumo da carne, recebendo na sua criação e manejo medicamentos, esteroides e outras substâncias impróprias para animais de açougue, que podem prejudicar a saúde humana.

Além disso, o abate clandestino em condições totalmente insalubres e sem qualquer preocupação com o bem-estar animal também é uma realidade no País, inclusive de animais roubados, o que pode aumentar o risco de contaminações.

De fato, há uma associação entre abate de cavalos para consumo da carne e incentivo à ação de criminosos que os roubam e repassam rapidamente para processamento em abatedouros, tornando praticamente impossível recuperar os animais ainda vivos ou responsabilizar os culpados, pois às vezes os donos percebem que os cavalos sumiram após já



terem sido abatidos. No estado da Califórnia, que baniu o abate de cavalos para produção de carne em 1998, percebeu-se uma redução em roubos de exemplares da espécie de 39,5% nos anos logo a seguir e de 88% em longo prazo¹.

Importante destacar que em muitas culturas, como a brasileira, os cavalos, as mulas, os jumentos e os burros têm um valor histórico e cultural importante, sendo considerados animais essencialmente de trabalho ou de companhia. O abate desses animais para consumo humano é visto como uma violação dessa tradição e um desrespeito à sua importância cultural pela maioria da população.

Desse modo, considerando questões de bem-estar animal, saúde pública, tradicionais e culturais, dentre outras, nosso voto é favorável à proposição.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado DOMINGOS SÁVIO
Relator

2023-4738

¹ Fonte: Horses for life foundation. Acesso em <https://www.horsesforlife.org/why-ban-horse-slaughter.html>

